

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Professor Titular aposentado da Faculdade de Direito da UFMG.
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
Membro da comissão de juristas encarregados pelo Senado Federal da elaboração
do Anteprojeto do novo Código de Processo Civil Brasileiro.
Doutor. Advogado (Parecerista).

CURSO *de* DIREITO PROCESSUAL CIVIL *Volume I*



revista e
atualizada

- Teoria Geral do
Direito Processual Civil
- Processo de Conhecimento
- Procedimento Comum



■ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 20.09.2021

■ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2022 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

1ª edição 1985

63ª edição 2022

■ Capa: Danilo Oliveira

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

Theodoro Júnior, Humberto, 1938-

Curso de direito processual civil, volume 1: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento, procedimento comum / Humberto Theodoro Júnior. – 63. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2022

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-596-4210-6

1. Direito processual civil – Brasil. 2. Processo civil – Brasil. I. Título.

21-73339

CDU: 347.9(81)

Camila Donis Hartmann Bibliotecária CRB-7/6472

Índice da Matéria

TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Parte I – Noções Fundamentais

CAPÍTULO I – CONCEITO, HISTÓRIA E FONTES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

§ 1º Direito Processual Civil	3
1. Noções gerais	3
2. Definição	4
3. Natureza	4
4. Relações com outros ramos do Direito	4
5. Objetivo	6
6. Novos rumos do direito processual civil.....	7
7. Universalidade dos problemas do processo moderno	8
§ 2º História do Direito Processual Civil.....	10
8. Origens	10
9. Evolução: mundo clássico. Grécia.....	10
10. O processo civil romano	11
11. Processo comum	12
12. O processo civil moderno (fase científica)	13
13. Esquema histórico-evolutivo do processo civil do século XIX ao século XXI	14
14. Direito processual civil brasileiro	15
15. Regulamento nº 737.....	15
16. Códigos estaduais.....	16
17. Códigos unitários.....	16
18. O Código de 1973	17
19. As reformas do Código de 1973 e a evolução do direito processual civil.....	17
20. A constante busca da efetividade da tutela jurisdicional	18
21. O Código de Processo Civil de 2015	20
I – Principais inovações do CPC de 2015.....	22
II – Visão geral do CPC/2015	23
§ 3º Fontes do Direito Processual Civil.....	25
22. Noções gerais	25

23.	Lei processual	26
24.	A Constituição e os tratados.....	27
25.	Doutrina e jurisprudência	28
26.	A lei processual no tempo.....	30
27.	A lei processual no espaço	31
28.	Interpretação das leis processuais	32

CAPÍTULO II – PRINCÍPIOS E NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

§ 4º Princípios Informativos do Direito Processual	34
29. Noções gerais: princípios universais.....	34
30. Princípios informativos e normas fundamentais do processo.....	37
31. Princípio do devido processo legal	37
32. Processo legal e processo justo	39
32-A. Fraternidade, solidariedade e aplicação da lei no processo justo: humanização do direito	43
33. Direito e processo: instrumentalidade efetiva e celeridade procedimental.....	45
34. Princípio da verdade real	46
35. Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição.....	49
36. Princípio da oralidade	51
36.1. Processo justo e oralidade.....	52
36.2. Processo justo e humanização da prestação jurisdicional.....	53
37. Princípio da economia processual	53
38. Princípio da duração razoável do processo	54
39. Princípio da eventualidade ou da preclusão	54
§ 5º Normas fundamentais do processo civil.....	56
40. Noções introdutórias	56
41. Fonte imediata do direito processual civil (art. 1º).....	56
42. Coexistência dos princípios inquisitivo e dispositivo (art. 2º).....	59
43. Princípio da demanda	60
44. Acesso à Justiça (art. 3º)	61
45. Meios alternativos de composição de litígios: arbitragem (art. 3º, § 1º).....	62
46. Meios alternativos de composição de conflitos: solução consensual (art. 3º, §§ 2º e 3º)	63
46.1. Mediação obrigatória (cláusula escalonada)	64
47. Duração razoável do processo e celeridade de sua tramitação (art. 4º).....	65
47.1. Responsabilidade civil do Estado pela violação da garantia de duração razoável do processo	67
48. Boa-fé (art. 5º).....	68
49. Princípio da cooperação (art. 6º)	72
50. Princípio do processo justo e efetivo	75
51. Contraditório efetivo (arts. 7º, 9º e 10)	75
51.1. Contraditório e questões de fato e de direito	79
52. Princípio da legalidade. Colisão de normas fundamentais (art. 8º).....	80
52.1. Aplicação concorrente de princípio constitucional e lei comum	83
52.2. Máximas da proporcionalidade e razoabilidade.....	83
53. Boa-fé e dignidade da pessoa humana (arts. 5º e 8º)	86

54.	Princípios informativos da Administração Pública: princípio da eficiência (art. 8º).....	87
54-A.	A eficiência como dinamicidade do processo e sua sistematização operacional	88
55.	Publicidade e fundamentação das decisões judiciais (art. 11)	90
55.1.	Relevância da fundamentação para o sistema de precedentes adotado pelo CPC/2015	91
55.2.	Dimensões da fundamentação no processo civil constitucionalizado	92
56.	Princípio da isonomia e repulsa ao tratamento privilegiado (art. 12)	94
§ 6º Aplicação das normas processuais		95
57.	Legislação de regência da jurisdição civil (art. 13)	95
58.	Legislação estadual concorrente.....	95
59.	Aplicação imediata da lei processual (art. 14).....	96
60.	Função subsidiária do Código de Processo Civil (art. 15)	96

CAPÍTULO III – FUNÇÃO JURISDICIONAL

§ 7º Jurisdição, processo e ação		97
61.	Imperatividade da ordem jurídica	97
62.	Justiça privada e justiça pública	97
63.	As instituições básicas do sistema processual civil (jurisdição, processo e ação).....	98
§ 8º Jurisdição		99
64.	Jurisdição.....	99
65.	Jurisdição, função e efetividade.....	101
66.	Características da jurisdição.....	102
66-A.	A força normativa dos precedentes e a ampliação da própria função jurisdicional	104
67.	Imparcialidade e disponibilidade.....	105
68.	Objetivo da jurisdição	106
69.	Efetividade da tutela jurisdicional	107
70.	Princípios fundamentais	108
71.	Jurisdição civil	109
72.	Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária.....	109
73.	Substitutivos da jurisdição	113
	I – Enfoque objetivo dos equivalentes jurisdicionais.....	113
	II – Enfoque subjetivo dos equivalentes jurisdicionais	114
74.	A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva.....	115
75.	Panorama global do aprimoramento da jurisdição na evolução do Estado de Direito..	117
§ 9º Processo		120
76.	Conceito	120
77.	A importância da definição e estabilização do objeto do processo.....	120
78.	Processo e procedimento	122
79.	Características do procedimento	124
79.1	Procedimento como garantia das partes.....	125
80.	Autonomia do processo	125
81.	Espécies de processo.....	126
82.	Funções do processo.....	127
83.	Independência dos processos	127

84.	Tutela ordinária e tutelas diferenciadas.....	128
85.	Tutela ordinária e tutela de urgência	129
86.	Tutela sancionatória e tutela inibitória.....	129
87.	Pressupostos processuais.....	131
88.	Os pressupostos processuais e a nulidade do processo.....	132
§ 10. Ação.....		135
89.	O monopólio estatal da justiça.....	135
90.	A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional	135
91.	Autonomia do direito de ação.....	136
92.	A evolução do conceito de ação	136
93.	Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional.....	138
93.1.	Direito à composição do litígio e direito à tutela jurisdicional.....	138
94.	A constitucionalização do direito de ação. Restauração do conceito de ação de direito material.....	139
94.1.	Redução do papel atribuído à ação no contexto do processo constitucionalizado.....	141
95.	Condições da ação	142
96.	Enumeração e conceituação das condições da ação.....	145
97.	Condições da ação estatuídas pelo Código de Processo Civil	147
	I – Interesse de agir.....	148
	II – Legitimidade de parte	150
	III – Legitimação extraordinária	150
	IV – Bilateralidade da legitimidade de parte	151
	V – Possibilidade jurídica do pedido	151
	VI – Visão unitária das condições da ação.....	152
98.	Limites temporais da apreciação das condições de ação	152
99.	Inter-relacionamento entre pressupostos processuais, condições da ação e mérito da causa.....	154
99.1.	Mérito da causa: objeto do processo	155
100.	Classificação das ações.....	156
	I – Classificação relevante	156
	II – Ações de cognição	156
	III – Ação executiva e medidas cautelares	158
101.	Ação e pretensão	158
102.	Ação e pretensão nos planos material e processual.....	159
103.	Ação e causa.....	161
104.	Elementos identificadores da causa.....	162
105.	Cumulação de ações	164
106.	A defesa do réu.....	164
106.1.	Legitimidade e interesse para a resposta à ação.....	165
107.	Espécies de resposta.....	166

CAPÍTULO IV – ELEMENTOS E EFEITOS DO PROCESSO

§ 11. Elementos do processo.....		167
108.	Visão dinâmica e estática do processo	167
109.	A relação processual	167
110.	Classificação dos elementos do processo.....	168

§ 12. Efeitos da relação processual	170
111. Noções gerais	170
112. Direitos processuais	170
113. Obrigações processuais	170
114. Deveres processuais	170
115. Ônus processuais.....	170

Parte II – Competência

CAPÍTULO V – LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL

§ 13. Noções gerais	172
116. Conceito	172
116.1. Jurisdição e competência	172
117. Distribuição da competência.....	173
118. Classificação da competência.....	174
§ 14. Competência internacional	175
119. Noções gerais.....	175
120. Espécies de competência internacional.....	175
121. Competência concorrente e litispendência	177
§ 15. Cooperação internacional	178
122. Noções gerais.....	178
123. Modalidades de cooperação	179
124. Do auxílio direto	180
I – Auxílio direto pleiteado por autoridade estrangeira (cooperação passiva).....	180
II – Auxílio direto pleiteado por autoridade brasileira (cooperação ativa)	181
III – Disposições comuns	181
IV – Regime especial de cumprimento de decisões de Estados-Membros do Mercosul.....	181
125. Da carta rogatória	182
126. Das disposições comuns ao auxílio direto e à carta rogatória	182
126-A. Convenção de Haia sobre citação no estrangeiro	183
§ 16. Competência interna	184
127. Noções gerais.....	184
128. Competência em matéria civil.....	185
129. Competência da Justiça Federal	185
130. Competência das Justiças Estaduais	187
§ 17. Critérios de determinação da competência interna.....	188
131. Generalidades.....	188
132. Competência do foro e competência do juiz.....	189
133. Divisão da competência do foro	189
134. Cumulatividade de juízos competentes.....	189
135. Competência por distribuição.....	190
136. <i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	190

§ 18. Competência em razão do valor da causa e em razão da matéria	194
137. Competência em razão do valor da causa	194
138. Competência em razão da matéria	194
§ 19. Competência funcional.....	195
139. Conceito	195
140. Classificação	195
141. Casos de competência funcional por graus de jurisdição	195
142. Casos de competência funcional pelo objeto do juízo	195
§ 20. Competência territorial.....	196
143. Conceito	196
144. Foro comum	196
145. Foros subsidiários ou supletivos	197
146. Foros especiais.....	197
147. Ações reais imobiliárias.....	197
148. Foro da sucessão hereditária e da ausência	198
149. Foro da União, dos Estados e do Distrito Federal	199
I – União, entidades autárquicas, empresas públicas, fundações, conselho de fiscalização de atividade profissional	200
II – Estados e Distrito Federal	201
150. Foros <i>ratione personae</i>	201
151. Foro das pessoas jurídicas.....	202
152. Foro dos Estados e Municípios	202
153. Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações	203
154. Foro relativo à arbitragem.....	203
155. Foro do idoso.....	204
156. Foro central e foros distritais ou regionais	205
§ 21. Modificações da competência.....	207
157. Competência absoluta e competência relativa	207
158. Prorrogação de competência	207
159. Prorrogação legal. Conexão e continência	208
160. Modalidades de conexão.....	209
161. Continência.....	210
162. Intensidade da conexão	210
163. Efeito prático da conexão.....	212
164. Efeito prático da continência.....	213
165. Prevenção	214
166. A prevenção em caso de continência de ações.....	214
167. A conexão e a competência absoluta.....	215
168. Oportunidade da reunião das ações conexas	215
169. Outros casos de prorrogação legal.....	216
170. Conexão entre ação penal e ação civil.....	217
171. Prorrogação voluntária.....	219
172. Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública	220
173. Prorrogação de competência em caso de foro de eleição ajustado em contrato de adesão ...	221
174. Prorrogação de competência no âmbito da Justiça Federal	222

§ 22. Declaração de incompetência.....	223
175. Verificação de competência.....	223
176. Alegação de incompetência.....	223
177. Foro de eleição e declinação de competência.....	225
§ 23. Conflito de competência.....	227
178. Noções gerais.....	227
179. Conflito de competência e arguição incidental de incompetência.....	228
180. Procedimento do conflito.....	228
181. Efeitos do conflito.....	229
§ 24. Cooperação nacional.....	231
182. Noções gerais.....	231

Parte III – Sujeitos do Processo

CAPÍTULO VI – PARTES E PROCURADORES

§ 25. Partes.....	233
183. Partes.....	233
184. Nomenclatura.....	234
I – Processo de conhecimento.....	234
II – Processo de execução.....	234
III – Tutela provisória: as partes são tratadas como requerente e requerido.....	234
IV – Nos procedimentos de jurisdição voluntária: não há partes, mas apenas interessados.....	234
185. Substituição processual.....	234
186. Sucessão de parte e alienação do bem litigioso.....	236
187. Capacidade processual.....	237
I – Capacidade de ser parte.....	237
II – Capacidade postulatória. Advogado.....	238
III – Assistência judiciária gratuita.....	239
188. Massas patrimoniais personalizadas.....	239
189. Capacidade processual das pessoas casadas.....	239
I – Capacidade ativa.....	239
II – Capacidade passiva.....	241
III – Ações possessórias.....	242
IV – Ações contraídas a benefício da família.....	242
V – A união estável.....	242
190. Curatela especial.....	242
191. Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais.....	243
192. Incapacidade processual e irregularidade de representação.....	245
§ 26. Deveres e direitos das partes e procuradores.....	247
193. Deveres.....	247
194. Ato atentatório à dignidade da justiça.....	249
I – Condutas qualificadas como atentatórias à dignidade da justiça.....	249
II – Punição por ato atentatório à dignidade da justiça.....	250

III – Repressão à inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso.....	251
IV – Execução das multas aplicadas em razão do atentado à dignidade da justiça.....	251
195. Responsabilidade das partes por dano processual.....	251
I – Indenização.....	252
II – Multa.....	253
III – Honorários advocatícios e despesas da parte prejudicada	254
196. Direitos.....	254
197. Direito especial dos litigantes idosos e portadores de doenças graves	254
197-A. Tutela especial das vítimas de violência doméstica	255
§ 27. Despesas e multas	256
198. Ônus financeiro do processo.....	256
199. Antecipação das despesas	256
200. Autor residente fora do Brasil (<i>cautio pro expensis</i>).....	258
201. A sucumbência e as obrigações financeiras do processo.....	258
202. Ressalvas aos efeitos da sucumbência	259
203. Extinção do processo por perda do objeto	260
204. Sucumbência recíproca	261
205. Realização da obrigação de pagar as despesas processuais	261
206. Multas.....	262
207. Honorários de advogado.....	262
208. Honorários sucumbenciais e direito autônomo do advogado	262
209. Inclusão dos honorários advocatícios no ressarcimento de perdas e danos	263
210. Honorários do curador especial.....	264
211. Cabimento da verba sucumbencial de honorários	265
I – Honorários nas execuções embargadas	266
II – Honorários nas exceções de pré-executividade.....	266
III – Honorários no cumprimento de sentença.....	267
IV – Honorários nos recursos.....	268
V – Honorários dos advogados públicos.....	269
VI – Honorários em ação com pedidos alternativos ou sucessivos	269
VII – Honorários nos procedimentos de jurisdição voluntária	270
VIII – Honorários em homologação de decisão estrangeira	270
212. Inoperância da sucumbência.....	270
213. Fixação dos honorários	271
214. Critérios de fixação de honorários nas ações de que participe a Fazenda Pública	272
214-A. Dispensa de condenação da Fazenda Nacional em honorários sucumbenciais.....	274
214-B. Direito intertemporal em matéria de honorários de sucumbência.....	274
215. Alguns casos especiais de fixação de honorários.....	275
216. Execução dos honorários de sucumbência.....	276
217. Exigência dos honorários sucumbenciais e encargos moratórios	277
218. Assistência judiciária (gratuidade da justiça).....	277
219. Assistência judiciária e atos notariais ou registrais.....	279
220. Procedimento para obtenção da assistência judiciária	280
221. Regime especial de intimação da Defensoria Pública.....	280
222. Revogação do benefício.....	281

§ 28. Advogados.....	282
223. Capacidade de postulação.....	282
224. O mandato judicial	282
225. Revogação e renúncia do mandato.....	283
226. Direitos e deveres	283
I – Deveres do advogado	283
II – Direitos do advogado.....	284
III – Direitos acrescidos pela Lei 13.363/2016.....	284
§ 29. Sucessão das partes e dos procuradores	286
227. Sucessão de parte	286
I – Sucessão <i>inter vivos</i>	286
II – Sucessão universal.....	287
228. Sucessão do advogado	287
CAPÍTULO VII – PLURALIDADE DE PARTES	
§ 30. Litisconsórcio.....	289
229. Pluralidade de partes	289
230. Classificações.....	289
231. Espécies de litisconsórcio.....	290
232. Sistema do Código.....	291
233. Casos legais de litisconsórcio	292
I – Comunhão de direitos ou obrigações	292
II – Conexão pelo pedido ou pela causa de pedir	292
III – Afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito	293
234. Litisconsórcio necessário e litisconsórcio unitário.....	293
235. Precisão do sistema litisconsorcial instituído pelo Código atual	293
236. Litisconsórcio necessário ativo e passivo.....	295
236-A. Um caso de litisconsórcio facultativo não unitário: a responsabilidade dos pais por atos danosos dos filhos menores.....	295
237. Mobilidade da posição processual do litisconsorte necessário.....	296
238. Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação.....	298
239. Citação do litisconsorte necessário ordenada pelo juiz	299
240. Litisconsórcio facultativo unitário.....	300
241. Litisconsórcio facultativo recusável.....	300
242. Posição de cada litisconsorte no processo	301
243. Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais	303
243-A. Litisconsórcio e coisa julgada.....	304
§ 31. Intervenção de terceiros	305
244. Conceito	305
245. Classificações.....	305
I – Conforme o terceiro vise ampliar ou modificar subjetivamente a relação processual, a intervenção pode ser	305
II – Conforme a iniciativa da medida, a intervenção pode ser	305
§ 32. Assistência.....	307
246. Conceito	307

247.	Pressupostos da intervenção.....	307
248.	Assistência simples e assistência litisconsorcial.....	308
249.	Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial.....	310
250.	Procedimento.....	310
251.	Poderes e ônus processuais do assistente simples e litisconsorcial.....	311
252.	Encargos do assistente e limites de sua atuação.....	312
253.	Recursos.....	313
254.	A assistência e a coisa julgada.....	314
255.	Assistência provocada.....	315
256.	Assistência atípica ou negociada.....	316
257.	Assistência de legitimado coletivo em ação de natureza individual.....	316
258.	O recurso de terceiro prejudicado.....	317
§ 33. Denúnciação da lide.....		320
259.	Conceito.....	320
260.	Denúnciação da lide em outros sistemas jurídicos.....	321
261.	Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano.....	322
262.	Obrigatoriedade da denúnciação da lide.....	324
263.	Casos de não cabimento da denúnciação da lide.....	324
264.	Objetivo do incidente.....	325
265.	Legitimação.....	325
266.	Procedimento.....	325
	I – Denúnciação feita pelo autor.....	325
	II – Denúnciação feita pelo réu.....	326
267.	Efeitos da denúnciação da lide.....	327
268.	Cumprimento da sentença que acolhe a denúnciação.....	328
269.	Recursos.....	329
270.	Execução da sentença.....	329
271.	Denúnciações sucessivas.....	330
§ 34. Chamamento ao processo.....		334
272.	Conceito.....	334
273.	Casos de admissibilidade do incidente.....	334
274.	Procedimento.....	335
275.	Chamamento ao processo nas ações do consumidor.....	336
276.	O chamamento ao processo em caso de seguro de responsabilidade civil.....	336
§ 35. Incidente de descon sideração da personalidade jurídica.....		339
277.	A descon sideração da personalidade jurídica.....	339
	277.1. Inovações do art. 50 do Código Civil, introduzidas pela Lei 13.874/2019.....	341
278.	A descon sideração inversa da personalidade jurídica.....	342
279.	Procedimento do incidente de descon sideração da personalidade jurídica.....	343
	I – Descon sideração requerida com a petição inicial.....	344
	II – Descon sideração requerida como incidente.....	344
	III – Descon sideração requerida em execução ou no cumprimento de sentença.....	344
	IV – Redirecionamento da execução fiscal.....	345
	V – O incidente instaurado perante tribunal.....	345

280.	Efeitos da desconsideração da personalidade jurídica.....	346
281.	Prevenção contra a fraude	347
§ 36.	<i>Amicus curiae</i>	349
282.	Conceito	349
283.	Natureza jurídica.....	350
284.	Procedimento da intervenção	351
	I – Requisitos para a intervenção	351
	II – Quem pode atuar como <i>amicus curiae</i>	351
	III – Prazo e oportunidade para a manifestação	353
	IV – Casos de cabimento da intervenção do <i>amicus curiae</i>	353
	V – Representação por meio de advogado	354
285.	Poderes do <i>amicus curiae</i>	354
286.	Deslocamento de competência.....	355
287.	Custas e honorários processuais	355

CAPÍTULO VIII – DO JUIZ E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

§ 37.	Organização judiciária	356
288.	O Poder Judiciário brasileiro.....	356
289.	Duplo grau de jurisdição.....	358
290.	Jurisdição extraordinária	358
291.	Competência.....	359
292.	Disciplina da magistratura.....	359
§ 38.	Órgãos judiciários	361
293.	Juízes	361
294.	Requisitos de atuação do juiz	361
	294.1. Limites necessários à independência do juiz	362
295.	Garantias da magistratura.....	362
296.	Poderes e deveres procedimentais do juiz	363
	I – Enumeração legal	363
	II – Tratamento isonômico das partes	364
	III – Duração razoável do processo.....	365
	IV – Irrecusabilidade da tutela jurisdicional	365
	V – Estímulo à autocomposição	365
	VI – Prevenção ou repressão às ofensas à dignidade da justiça	365
	VII – Amplitude e atipicidade das medidas de coerção para assegurar o cumprimento das decisões judiciais	365
	VIII – Força policial	367
	IX – Adequação procedimental	367
	X – Poder instrutório do juiz	368
	XI – Primazia do julgamento de mérito	368
	XII – Demandas repetitivas.....	368
	XIII – Gerenciamento do processo	368
297.	Outros poderes e deveres do juiz, no plano decisório	368
298.	Atividade criativa do juiz	370
299.	Uma advertência sobre o garantismo processual e o ativismo judicial.....	370

300.	Responsabilidade do juiz	373
301.	Garantia de imparcialidade do juiz.....	373
302.	Casuísmo legal.....	373
	I – Casos de impedimento do juiz.....	373
	II – Casos de suspeição do juiz.....	374
303.	Juiz-testemunha	375
304.	Exclusão do juiz suspeito ou impedido.....	375
305.	Procedimento da alegação de impedimento e de suspeição	376
	I – Pedido de afastamento do juiz	376
	II – Respostas do magistrado.....	376
	III – Apreciação e julgamento do incidente	377
306.	Impedimento ou suspeição de outros sujeitos processuais	378
	§ 39. Auxiliares da justiça.....	380
307.	O júízo	380
308.	Escrivão ou chefe de secretaria	380
	I – Atribuições do escrivão ou chefe de secretaria	380
	II – Cronologia das publicações e pronunciamentos judiciais	381
	III – Forma e conteúdo dos atos processuais	381
	IV – Responsabilidade civil do escrivão e do chefe de secretaria	381
	V – Impedimento do escrivão.....	382
309.	Oficial de justiça.....	382
310.	Perito.....	383
	I – Nomeação pelo juiz	383
	II – Aceitação e execução do encargo pelo perito	384
	III – Cadastro local dos peritos.....	384
	IV – Remuneração do perito.....	384
	V – Responsabilidade civil do perito	384
311.	Depositário e administrador	384
312.	Intérprete e tradutor	385
313.	Dos conciliadores e mediadores judiciais.....	386
	I – O papel da conciliação e da mediação no processo civil.....	386
	II – Distinção legal entre conciliador e mediador.....	387
	III – Mediação (CPC/2015, art. 165, § 3º; Lei n. 13.140/2015, art. 1º, parágrafo único).....	387
	IV – Conciliação (CPC/2015, art. 165, § 2º).....	388
	V – Solução consensual e renúncia a direitos.....	388
	VI – Escolha do método consensual a utilizar.....	389
	VII – Outros meios alternativos de resolução de conflitos com interferência de terceiro....	390
	VIII – A Lei n. 13.140/2015 e o CPC/2015	391
	IX – A conciliação e a mediação durante o processo.....	391
	X – Princípios informadores da conciliação e mediação, elencados pelo CPC/2015 e pela Lei n. 13.140/2015	392
	XI – Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos.....	394
	XII – Centros de conciliação extrajudiciais	394
	XIII – Câmaras de Mediação e Conciliação da Administração Pública	394
	XIV – Capacitação e remuneração dos conciliadores e mediadores	395
	XV – Impedimento e impossibilidade temporária do exercício da função	395

XVI – Escolha dos conciliadores e mediadores pelas partes	396
XVII – Cadastro dos conciliadores e mediadores	396
314. Outros auxiliares eventuais.....	397

CAPÍTULO IX – SUJEITOS ESPECIAIS DO PROCESSO

§ 40. O Ministério Público	398
315. Conceito	398
316. Funções.....	398
316.1. Funções de <i>custos legis</i> , segundo o Conselho Nacional do Ministério Público.	400
317. Natureza	401
318. Ministério Público como parte	401
319. Ministério Público como <i>custos legis</i>	402
320. Ausência do Ministério Público no processo	403
321. Órgãos do Ministério Público	403
322. Princípios e garantias.....	403
323. Responsabilidade civil dos membros do Ministério Público.....	405
§ 41. Da advocacia pública	406
324. Conceito, funções e prerrogativas.....	406
325. Responsabilidade civil dos membros da Advocacia Pública dos entes federados.....	406
§ 42. Da defensoria pública	407
326. Conceito, funções e prerrogativas.....	407
327. Responsabilidade civil dos membros da Defensoria Pública.....	407

Parte IV – Atos Processuais

CAPÍTULO X – FATOS JURÍDICOS PROCESSUAIS

§ 43. Atos processuais.....	409
328. Conceito	409
329. Características e natureza dos atos processuais	410
330. Agentes	411
331. Atos do processo e atos do procedimento	412
332. Classificação dos atos processuais	412
333. Forma dos atos processuais	413
334. Publicidade	415
335. Meios de expressão	415
336. Os negócios jurídicos processuais	416
I – Noções gerais.....	416
II – Limites da negociabilidade procedimental	418
III – O controle judicial em torno dos limites do negócio processual	419
IV – O negócio processual e o direito público.....	421
337. Calendário para a prática de atos processuais.....	422
338. O uso de sistema de transmissão de dados. Fac-símile ou outro similar	422
339. O grande programa de implantação do processo eletrônico no Brasil.....	424
340. A prática eletrônica de atos processuais no atual Código de Processo Civil	426

340.1.	O Governo Digital de acordo com a Lei nº 14.129/2021.....	427
340.2.	Regulamentação unificadora de atos processuais eletrônicos em todo o território nacional baixada pelo CNJ.....	427
341.	O processo eletrônico nos Tribunais Superiores.....	428
	I – Supremo Tribunal Federal.....	428
	II – Superior Tribunal de Justiça.....	430
	III – Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.....	430
§ 44. Atos da parte	432
342.	Conceito e classificação.....	432
343.	Eficácia dos atos das partes.....	433
344.	Petições e autos suplementares.....	433
345.	Cotas marginais e interlineares nos autos.....	434
§ 45. Atos do juiz	435
346.	Atividade processual do juiz.....	435
347.	Atos decisórios.....	435
348.	Definições legais.....	436
349.	Decisão interlocutória.....	438
350.	Despachos.....	439
351.	Sentença.....	440
352.	Atos não decisórios.....	442
353.	Forma dos atos decisórios.....	442
§ 46. Atos do escrivão ou do chefe de secretaria	444
354.	Documentação e comunicação dos atos processuais.....	444
355.	Autuação.....	445
356.	Termos processuais.....	445
357.	Forma dos termos.....	445

CAPÍTULO XI – O ATO PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO

§ 47. O tempo e o lugar dos atos processuais	447
358.	O tempo.....	447
359.	Feriados e férias forenses.....	448
360.	Processos que correm nas férias.....	449
361.	Férias e recesso forense.....	450
362.	O lugar.....	450
§ 48. Prazos	452
363.	Disposições gerais.....	452
364.	Classificação.....	452
365.	Natureza dos prazos.....	453
366.	Interpretação e aplicação das regras sobre prazo.....	454
367.	O curso dos prazos.....	454
368.	Contagem dos prazos: termo inicial.....	457
	I – Fixação do <i>dies a quo</i> da contagem dos prazos processuais.....	458
	II – Intimação feita pela imprensa.....	459
	III – Intimação feita durante o recesso natalino ou férias forenses.....	460
	IV – Hermenêutica.....	460

369.	Contagem dos prazos no processo eletrônico.....	460
370.	Prazos para recurso.....	461
371.	Ciência inequívoca.....	463
372.	Termo final.....	464
373.	Preclusão	464
374.	Prazos para as partes.....	465
	I – Regra básica	465
	II – Prazo geral.....	465
	III – Renúncia	465
	IV – Litisconsortes.....	465
	V – Prazo mínimo de obrigatoriedade de comparecimento.....	466
375.	Prazos para o juiz e seus auxiliares	466
376.	Prazos para o Ministério Público, Fazenda Pública e Defensoria Pública	467
	I – Ministério Público e Fazenda Pública.....	467
	II – Defensoria Pública	467
	III – Disposição comum	467
377.	Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários.....	468
378.	Inobservância de prazo da parte	468
	I – Regra geral	468
	II – Sanções.....	468
379.	Inobservância dos prazos do juiz.....	468

CAPÍTULO XII – O INTERCÂMBIO PROCESSUAL

§ 49. Atos de comunicação processual e atos fora da circunscrição territorial do juízo	470	
380.	Intercâmbio processual	470
381.	Forma dos atos de comunicação.....	470
382.	A comunicação eletrônica.....	470
383.	Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo: cartas de ordem, precatórias e rogatórias.....	471
384.	Requisitos das cartas.....	471
385.	Cumprimento das cartas.....	472
386.	Cartas urgentes.....	473
387.	Custas nas cartas	474
388.	Cartas rogatórias	474
§ 50. Citação	475	
389.	Conceito	475
390.	Suprimento da citação.....	475
391.	Destinatário da citação inicial	477
	I – Citação feita a mandatário, administrador, preposto ou gerente	477
	II – Citação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	478
	III – Citando impossibilitado de receber a citação	478
392.	Local da citação	478
393.	Impedimento legal de realização da citação.....	479
394.	Modos de realizar a citação	479
395.	Citação por meio eletrônico	479
396.	Citação pelo correio.....	481

397.	Citação por oficial de justiça	482
397-A.	Citação por carta precatória, rogatória ou de ordem	483
397-B.	Citação com hora certa	484
	I – Cabimento e requisitos.....	484
	II – Procedimento da citação com hora certa	484
398.	Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria	485
399.	Citação por edital	486
	I – Procedimento-edital.....	486
	II – Requisitos de validade da citação por edital	487
400.	Responsabilidade do promovente da citação-edital.....	487
401.	Efeitos da citação.....	488
402.	Litispendência	489
403.	Litigiosidade	489
404.	Mora.....	490
405.	Prescrição.....	490
406.	Antecipação do efeito interruptivo da prescrição.....	492
406-A.	Eficácia subjetiva da interrupção da prescrição.....	492
406-B.	Uma distinção necessária em matéria de interrupção prescricional em decorrência de exercício do direito de ação	493
406-C.	Falta ou nulidade da citação	494
406-D.	Regime especial de interrupção da prescrição nas execuções fiscais.....	495
407.	A força de interpelação reconhecida à citação.....	496
§ 51. Intimações.....		497
408.	Conceito	497
409.	Forma.....	497
	I – Intimações realizadas pelo órgão oficial	497
	II – Intimação realizada pela retirada dos autos do cartório	499
	III – Intimação realizada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.....	499
	IV – Intimação do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública	499
	V – Preferência da intimação eletrônica.....	500
	VI – Inviabilidade da intimação por meio eletrônico e inexistência de publicação em órgão oficial.....	501
	VII – Dispensabilidade da intimação do advogado	502
	VIII – Arguição de nulidade da intimação	502
	IX – Intimação pessoal à parte.....	502
410.	Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça.....	502
411.	Aperfeiçoamento da intimação.....	503
412.	Intimação em audiência	505
412-A.	Intimação eletrônica	505
413.	Intimação por edital ou com hora certa.....	506
414.	Efeitos da intimação	506

CAPÍTULO XIII – INVALIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS

§ 52. Nulidade.....		507
415.	Conceito	507
416.	Espécies de vícios do ato processual.....	507

417.	Atos inexistentes.....	508
418.	Noção de nulidade.....	508
419.	Atos absolutamente nulos.....	508
420.	Atos relativamente nulos.....	509
421.	Nulidade do processo e nulidade do ato processual.....	510
422.	Sistema de nulidades do Código.....	510
423.	Nulidades cominadas pelo Código.....	512
424.	Nulidades da citação e intimação.....	512
425.	Arguição das nulidades.....	513
426.	Momento da arguição.....	513
427.	Decretação de nulidade.....	514
428.	Efeitos da decretação.....	514

CAPÍTULO XIV – OUTROS ATOS PROCESSUAIS

§ 53. Registro, distribuição e valor da causa.....	516
429. Noções introdutórias.....	516
430. Registro.....	516
431. Distribuição.....	516
432. Distribuição por dependência.....	517
433. Distribuição por dependência como medida de coibição à má-fé processual.....	518
434. Valor da causa.....	521
435. Impugnação ao valor da causa.....	523
I – Decisão pelo juiz sobre impugnação da parte.....	523
II – Correção do valor da causa de ofício pelo juiz.....	523

Parte V – Tutela Provisória

CAPÍTULO XV – TUTELA DE URGÊNCIA E TUTELA DA EVIDÊNCIA

§ 54. Noções gerais.....	525
436. Introdução.....	525
437. Tutelas de urgência e da evidência.....	526
438. Tentativa doutrinária de fixar uma unidade ontológica entre todas as tutelas sumárias provisórias.....	527
439. A abolição da ação cautelar.....	529
440. A visão unitária da tutela de urgência.....	529
441. Da fungibilidade à unificação das tutelas de urgência.....	530
442. Traços comuns entre a tutela de urgência e a tutela da evidência.....	531
442-A. Modificação e revogação da medida provisória.....	532
442-B. Fundamentos do pedido de revogação ou modificação da tutela provisória.....	533
442-C. Casos especiais de extinção da tutela de urgência decretada em caráter antecedente....	534
443. Regras comuns a todas as tutelas provisórias.....	534

CAPÍTULO XVI – TUTELAS DE URGÊNCIA (I)

§ 55. Classificação, características, requisitos, iniciativa, forma e conteúdo.....	536
444. Classificação das tutelas provisórias cautelares.....	536

445.	Requisitos da tutela provisória de urgência.....	537
446.	O <i>fumus boni iuris</i>	537
447.	O <i>periculum in mora</i>	538
448.	Reversibilidade.....	539
449.	Perigo de dano reverso.....	540
450.	Fungibilidade das tutelas de urgência.....	541
451.	Necessidade de fundamentação adequada.....	541
452.	Medida liminar <i>inaudita altera parte</i>	542
453.	Limitações especiais às liminares contra atos do Poder Público.....	543
454.	Comprovação dos requisitos da medida liminar.....	543
455.	Distinção entre liminar e medida de urgência.....	544
456.	Liminar nem sempre corresponde à cautelaridade.....	545
456-A.	Medidas cautelares e liminar em defesa do erário: ação executiva fiscal, ação de improbidade administrativa e ação anticorrupção.....	547
	I – Créditos fiscais (Dívida Ativa).....	547
	II – Improbidade administrativa.....	548
	III – Indisponibilidade administrativa (Lei nº 13.606/2018).....	549
	IV – Lei Anticorrupção: Processo administrativo de responsabilização (PRA). Medida cautelar judicial.....	549
457.	Contracautela.....	551
458.	Oportunidade da tutela de urgência.....	552
459.	Iniciativa da tutela de urgência e da evidência.....	552
460.	Medidas cautelares nominadas e medidas cautelares inominadas.....	553
461.	Poder discricionário na tutela de urgência genérica.....	554
462.	Forma e conteúdo das tutelas de urgência.....	555
463.	A discricionariedade do poder geral de prevenção e a escolha da medida.....	555
464.	Aplicação prática de medidas inominadas.....	556
465.	Limites do poder geral de cautela.....	557

CAPÍTULO XVII – TUTELAS DE URGÊNCIA (II)

§ 56. Competência e procedimentos da tutela de urgência.....	560	
466.	Competência.....	560
	I – Justiça comum.....	560
	II – Juízo arbitral.....	563
467.	Os procedimentos das tutelas de urgência.....	563
468.	Tutela de urgência incidental.....	564
469.	Tutela de urgência antecedente.....	564
§ 57. Competência e procedimentos da tutela de urgência conservativa antecedente.....	566	
470.	Petição inicial.....	566
471.	Lide e seu fundamento.....	566
472.	Exposição sumária do direito que se visa assegurar.....	566
473.	Perigo na demora de prestação da tutela jurisdicional.....	566
474.	Outros requisitos da petição inicial.....	567
475.	Despacho da petição inicial e a citação do réu.....	567
476.	A defesa do réu.....	567

477.	Prazo para o autor deduzir o pedido principal	569
478.	Inobservância do prazo de dedução do pedido principal	569
479.	Indeferimento da medida: dedução do pedido principal e possibilidade de formação de coisa julgada	570
	I – Dedução do pedido principal em caso de indeferimento da medida	570
	II – Indeferimento por decadência ou prescrição	570
480.	Procedimento de dedução do pedido principal	570
481.	Impossibilidade de renovar a medida conservativa que perdeu a eficácia	571
§ 58. Procedimento da tutela de urgência satisfativa antecedente		573
482.	Reafirmação da distinção entre tutela satisfativa e tutela conservativa	573
483.	Legitimação	574
484.	Processos que comportam a antecipação de tutela satisfativa	575
485.	Antecipação de tutela satisfativa e as diversas modalidades de sentença de mérito	576
486.	Tutela de urgência satisfativa: procedimento especial dos arts. 303 e 304 do CPC/2015	581
487.	Detalhamento do procedimento destinado a obter possível estabilização da medida satisfativa	581
	I – Petição inicial	581
	II – Valor da causa	582
	III – Procedimento	582
	IV – Citação e audiência	583
	V – Posição adotada pela 3ª Turma do STJ	585
487-A.	Justificação da estabilização da medida satisfativa urgente sem contraditório	585
488.	Defesa do sujeito passivo da medida de urgência satisfativa antecedente	586
489.	Pedido de reconsideração	587
490.	Esquema do procedimento da tutela urgente satisfativa antecedente, no rito adequado à estabilização da medida provisória	588
491.	Esquema do procedimento da tutela urgente satisfativa antecedente sem a perspectiva de estabilização da medida liminar	588
§ 59. Estabilização da tutela de urgência satisfativa antecedente		592
491-A.	Advertência sobre a correta compreensão e adequada aplicação da técnica de estabilização da medida satisfativa antecipada	592
492.	O sistema de estabilização adotado pelo Código de 2015	595
493.	Propositura da ação principal depois de ocorrida a estabilização da tutela provisória satisfativa	597
494.	Prazo para ajuizamento da ação de cognição plena	597
§ 60. Normas comuns às tutelas urgentes		599
495.	Extinção das tutelas de urgência antecedentes	599
496.	Responsabilidade civil pela tutela de urgência	599

CAPÍTULO XVIII – TUTELA DA EVIDÊNCIA

§ 61. Regime particular da tutela da evidência		602
497.	Tutela da evidência	602
498.	Oportunidade e conteúdo da tutela da evidência	602
	I – Concessão em liminar	603

	II – Concessão incidental	603
	III – Conteúdo da medida	603
	IV – Fungibilidade.....	604
	V – Tutela da evidência e julgamento antecipado do mérito.....	604
499.	Legitimação.....	605
500.	O casuísmo legal da tutela da evidência.....	605

Capítulo XIX – FORÇA DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS

§ 62. Decisão e cumprimento das medidas provisórias	610
501. Julgamento da pretensão à tutela provisória	610
502. Cumprimento das medidas de urgência	610
503. Mandamentalidade das medidas de tutela sumária	613
504. Execução das medidas urgentes satisfativas	614
505. Execução das medidas definidas com base na tutela da evidência	614
506. Provisoriidade do cumprimento de todas as decisões deferidoras das tutelas sumárias.....	615

Capítulo XX – MEDIDAS CAUTELARES NOMINADAS

§ 63. Regime do CPC/2015.....	616
507. Introdução.....	616
508. Arresto.....	616
509. Sequestro.....	617
510. Arresto e sequestro	617
511. Arrolamento de bens.....	617
512. Registro de protesto contra alienação de bens.....	618
513. Outras medidas cautelares tradicionais	619
I – Caução.....	619
II – Depósito preparatório de ação.....	621
III – Busca e apreensão	621
IV – Atentado.....	621
V – Medidas provisionais diversas	622

Parte VI – Instauração, Crise e Fim do Processo

Capítulo XXI – FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO

§ 64. Introdução	623
514. Noções gerais.....	623
§ 65. Formação do processo	624
515. O processo.....	624
516. Sujeitos da relação jurídico-processual	624
517. Início do processo	625
518. Formação gradual da relação processual	626
519. Estabilização do processo.....	626
520. Alteração do pedido	627

521.	Alterações subjetivas.....	628
	521.1. Alienação do bem litigioso.....	629
§ 66.	Suspensão do processo.....	630
522.	Conceito	630
523.	Os casos de suspensão do processo	630
524.	Suspensão por morte ou perda de capacidade processual.....	631
	I – Morte de qualquer das partes.....	631
	II – Dissolução ou extinção de pessoa jurídica.....	632
	III – Perda de capacidade das partes.....	632
	IV – Morte ou perda da capacidade do advogado de qualquer das partes.....	632
525.	Suspensão por convenção das partes.....	632
526.	Suspensão em razão de arguição de impedimento ou suspeição do juiz	633
527.	Suspensão por prejudicialidade	633
528.	Prejudicialidade e conexão	634
529.	Suspensão pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.....	635
530.	Suspensão pela discussão em juízo de questão decorrente de acidentes e fatos da navegação da competência do tribunal marítimo	635
531.	Suspensão por motivo de força maior.....	635
532.	Outros casos legais de suspensão.....	636
532-A.	Suspensão por motivo de parto ou concessão de adoção.....	636
532-B.	Suspensão por motivo de o advogado tornar-se pai	636
533.	Férias e suspensão do processo	637
534.	Suspensão por necessidade de verificação de fato delituoso na justiça criminal	637
§ 67.	Extinção do processo	638
535.	Encerramento da relação processual.....	638
536.	Sentenças definitivas e terminativas.....	638

PARTE ESPECIAL – PROCESSO DE CONHECIMENTO

Parte VII – Processo e Procedimento

CAPÍTULO XXII – PROCEDIMENTO COMUM E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

§ 68.	Processo e procedimentos de cognição	641
537.	Processo.....	641
538.	Procedimento	642
539.	Procedimentos no processo de cognição.....	642
540.	Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária.....	643
541.	Esquema do procedimento comum	644
542.	Fases do procedimento comum	644
543.	Fase postulatória	645
544.	Fase saneadora.....	645
545.	Fase instrutória.....	645
546.	Fase decisória.....	646
547.	Adequação do procedimento	646

§ 69. Procedimento sumário	649
----------------------------------	-----

Parte VIII – Procedimento Comum

CAPÍTULO XXIII – FASE DE POSTULAÇÃO

§ 70. Petição inicial.....	650
560. Fases do procedimento comum	650
561. Petição inicial.....	651
562. Requisitos da petição inicial.....	652
563. Despacho da petição inicial.....	654
564. Casos de indeferimento da petição inicial.....	656
565. Extensão do indeferimento.....	657
566. Improcedência liminar do pedido	657
I – Pedido contrário a súmula do STF ou STJ; acórdão proferido pelo STF ou STJ firmado em julgamento de recurso repetitivo; entendimento firmado em incidente de resolução de demanda repetitiva ou assunção de competência; enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.....	657
II – Prescrição e decadência.....	659
567. Intimação da sentença <i>prima facie</i>	659
568. Recurso contra o julgamento <i>prima facie</i>	660
569. Preservação do contraditório e ampla defesa.....	660
570. Efeitos do despacho da petição inicial	661
§ 71. O pedido.....	664
571. Petição inicial.....	664
572. Pedido.....	664
573. Requisitos do pedido	664
574. Pedido em ação relacionada com contratos de empréstimos, financiamento ou alienação de bens.....	665
575. Pedido concludente.....	666
576. Pedido genérico.....	666
577. Pedido cominatório	667
578. Pedido alternativo.....	668
579. Pedidos subsidiários	668
580. Pedido de prestações periódicas	669
581. Pedido de prestação indivisível	670
582. Pedidos cumulados.....	670
583. Espécies de cumulação de pedidos.....	672
584. Interpretação do pedido.....	672
585. Pedidos implícitos.....	673
586. Aditamento e modificação do pedido.....	674
§ 72. A audiência de conciliação ou de mediação.....	676
587. Introdução.....	676
588. Audiência preliminar de conciliação ou de mediação	676
589. Prazo para a contestação.....	678
I – Com audiência	678
II – Sem audiência.....	678

§ 73. A resposta do réu	680
590. A defesa do réu	680
591. A resposta do réu	680
592. Espécies de defesa	681
593. Defesa processual	681
594. Defesa de mérito	682
595. Reconvenção	683
596. Síntese	683
§ 74. Contestação	684
597. Conceito	684
598. Conteúdo e forma da contestação	684
599. Ônus da defesa especificada	685
600. Preliminares da contestação	686
601. Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares	689
602. Alegação de ilegitimidade <i>ad causam</i>	689
603. Alegação de incompetência do juízo	690
I – Alegação por réu residente fora da comarca da causa	690
II – Réu citado por carta precatória	690
III – Réu citado por outro meio	690
IV – Prevenção da competência do juízo em que foi protocolada a contestação	690
V – Suspensão da audiência de conciliação ou de mediação designada pelo juiz da causa	691
604. Alegação de abusividade da cláusula de eleição de foro	691
605. Réplica ou impugnação do autor	691
§ 75. Reconvenção	692
606. Conceito	692
607. Contestação reconvenicional: uma inovação do Código de Processo Civil	692
608. Pressupostos da reconvenção	694
I – Cabimento da reconvenção	694
II – Pressupostos específicos da resposta reconvenicional	694
609. Reconvenção e compensação	696
610. Procedimento	697
611. Reconvenção sem contestação	699
612. Extinção do processo principal	699
§ 76. Revelia e reconhecimento do pedido	700
613. Revelia	700
614. Os efeitos da revelia	701
615. Alteração do pedido	703
616. Reconhecimento da procedência do pedido	704

CAPÍTULO XXIV – FASE DE SANEAMENTO

§ 77. Providências Preliminares	705
617. Conceito	705
I – Em caso de revelia	705

	II – Em caso de contestação	705
618.	Réplica do autor	706
619.	Revelia e provas	706
620.	Intervenção do Ministério Público	707
621.	Ação declaratória incidental	707
622.	Outras providências preliminares	707
§ 78.	Julgamento conforme o estado do processo	709
623.	Conceito	709
624.	Extinção do processo	709
625.	Julgamento antecipado do mérito	710
626.	Julgamento antecipado parcial do mérito	711
627.	Liquidação e execução da decisão antecipada parcial	713
628.	Procedimento e recurso do julgamento parcial antecipado	714
§ 79.	Saneamento e organização do processo	716
629.	Decisão de saneamento	716
630.	Cabimento	717
631.	Conteúdo	717
	631.1. Delimitação consensual das questões de fato e de direito	719
	I – Questões de direito	719
	II – Questões de fato (prova)	720
632.	Direito de esclarecimentos sobre a decisão de saneamento	720
633.	Formas da decisão de saneamento	722

CAPÍTULO XXV – INSTRUÇÃO E DEBATE DA CAUSA

§ 80.	Audiência de instrução e julgamento	723
634.	Audiência	723
635.	Características da audiência	723
636.	Atos preparatórios	725
637.	Adiamento da audiência	726
638.	Antecipação de audiência	727
639.	Conciliação	727
640.	Procedimento da conciliação	729
641.	Instrução e julgamento	729
642.	Documentação da audiência	730

CAPÍTULO XXVI – FASE PROBATÓRIA

§ 81.	A prova	733
643.	Conceito	733
644.	Direito fundamental à prova	734
645.	Características da prova	735
646.	Objeto da prova e fatos que dispensam prova	736
	I – Questões relevantes	738
	II – Questões precisas	739
647.	Finalidade e destinatário da prova	739

648.	Prova e verdade	740
649.	Valoração da prova.....	741
650.	Sistema legal da valorização da prova	742
651.	O sistema do Código	744
651-A.	Aquisição da prova pelo processo.....	746
652.	Poder de instrução do juiz	746
653.	Iniciativa probatória do juiz e democracia	750
654.	Garantismo processual e ativismo judicial	751
§ 82. Ônus da prova	753	
655.	Ônus da prova	753
656.	Ônus da prova: natureza	754
657.	Os dois aspectos do ônus da prova	754
658.	Sistema legal do ônus da prova	756
659.	Conflito de versões sobre o fato constitutivo do direito do autor	757
660.	Iniciativa probatória do juiz e ônus legal da prova.....	757
661.	Distribuição estática do ônus da prova	758
662.	Distribuição dinâmica do ônus da prova.....	759
	I – Noções gerais.....	759
	II – A distribuição dinâmica do ônus da prova no CPC/2015	761
	III – Requisitos.....	762
	IV – Aplicação a todos os processos de conhecimento	764
	V – Custeio das provas na inversão do respectivo ônus.....	764
663.	Justificativa da redistribuição dinâmica do ônus da prova.....	765
664.	O emprego da técnica da distribuição dinâmica não é discricionário.....	766
665.	Procedimento a observar para alterar o regime legal do ônus probatório.....	767
666.	Teoria do ônus dinâmico da prova e garantismo processual	768
667.	Ônus dinâmico da prova e contraditório.....	768
668.	A distribuição dinâmica do ônus da prova e as provas difíceis	769
669.	Ônus da prova nas ações do consumidor	770
670.	Convenção sobre ônus da prova	772
§ 83. Meios de prova	774	
671.	Meios de prova	774
672.	Prova por presunção.....	774
673.	Presunção legal e ficção legal.....	776
674.	Regras de experiência comum e conhecimento privado do juiz	776
675.	Procedimento probatório.....	778
676.	Instrução por meio de carta.....	779
677.	Dever de colaboração com a Justiça	779
678.	Prova emprestada.....	780
679.	Boa-fé e prova.....	782
§ 84. Da produção antecipada da prova.....	784	
680.	Noções introdutórias	784
681.	Antecipação de prova	784
682.	Cabimento.....	785

	I – Fundado receio de impossibilidade ou dificuldade de verificação de certos fatos.....	785
	II – Desnecessidade de vínculo com processo futuro.....	785
	III – Casuísmo da antecipação de prova.....	786
	IV – Legitimação	788
683.	Oportunidade	788
684.	Objeto da antecipação de prova	788
685.	Competência.....	789
686.	Procedimento	789
	I – Justificação.....	790
	II – Arrolamento de bens	790
687.	Sentença	790
688.	Valoração da prova antecipada	791
689.	Eficácia	791
690.	Medida <i>inaudita altera parte</i>	792
691.	Despesas processuais.....	792
692.	Destino dos autos.....	792

CAPÍTULO XXVII – MEIOS LEGAIS DE PROVA

§ 85. Ata notarial	794
693. Conceito	794
694. Natureza da ata notarial	794
695. Necessidade de requerimento da parte interessada.....	795
696. Falsidade da ata	795
697. Exemplos de fatos registráveis em ata notarial.....	795
§ 86. Depoimento pessoal	797
698. Conceito	797
699. Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal.....	797
700. Legitimação para o depoimento	798
701. Objeto do depoimento pessoal.....	798
702. Procedimento	799
§ 87. Confissão.....	801
703. Conceito	801
704. Requisitos da confissão	801
705. Classificações.....	802
706. Efeitos da confissão.....	802
707. Indivisibilidade da confissão	803
708. Valor da confissão extrajudicial	804
§ 88. Exibição de documento ou coisa	805
709. Conceito	805
710. Oportunidade da medida.....	805
711. Legitimação e interesse.....	805
712. Procedimento e efeitos da exibição requerida contra a parte	806
712.1. Exibição intentada contra cadastro de pontualidade.....	808
713. Procedimento e consequências da exibição requerida contra terceiro.....	808

§ 89. Prova documental.....	813
714. Conceito.....	813
715. Força probante dos documentos.....	813
716. Documentos públicos.....	814
717. Reprodução de documentos públicos.....	815
718. Documentos particulares.....	816
719. Valor probante do documento particular.....	817
720. Telegramas, cartas, registros domésticos.....	818
721. Livros empresariais.....	819
722. Documentos arquivados em meio eletromagnético.....	820
723. Reprodução de documentos particulares.....	821
724. Reproduções mecânicas de coisas ou fatos.....	822
I – Generalidades.....	822
II – Fotografias digitais e extraídas da rede mundial de computadores.....	822
III – Fotografias publicadas em jornal ou revista.....	822
IV – Impressão de mensagem eletrônica.....	822
V – Reprodução dos documentos particulares.....	822
VI – Cópia de documento particular.....	822
725. Documentos viciados em sua forma.....	823
726. Falsidade documental.....	823
727. Espécies de falsidade.....	824
728. Ônus da prova.....	825
729. A arguição de falsidade.....	826
730. Procedimento do incidente de falsidade.....	827
731. Facultatividade do incidente de falsidade.....	828
732. Produção da prova documental.....	828
733. Desentranhamento de documentos.....	830
§ 90. Documentos eletrônicos.....	832
734. Noção introdutória.....	832
735. Documento eletrônico.....	832
736. Regime legal.....	832
737. Documento eletrônico não certificado.....	833
§ 91. Prova Testemunhal.....	835
738. Conceito.....	835
739. Valor probante das testemunhas.....	835
740. Inadmissibilidade da prova testemunhal.....	836
741. Direitos e deveres da testemunha.....	837
I – Deveres.....	837
II – Incapacidade.....	838
III – Impedimentos.....	838
IV – Suspeições.....	839
V – Testemunhas informantes.....	839
VI – Deveres principais.....	839
VII – Direitos.....	840
VIII – Sistema de garantia de direitos da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência.....	841

742.	A produção da prova testemunhal.....	841
	I – Requerimento.....	841
	II – Intimação.....	842
	III – Audiência.....	843
	IV – Ouvida fora de audiência.....	843
	V – Inquirição.....	844
	VI – Incidentes.....	845
	§ 92. Prova pericial.....	847
743.	Conceito.....	847
744.	Admissibilidade da perícia.....	848
745.	O perito.....	849
	I – Escolha do perito pelo juiz.....	849
	II – Escolha do perito pelas partes.....	850
	III – Escolha do perito quando o objeto da prova for autenticidade ou falsidade de documento, de autenticidade da letra e da firma ou de natureza médico-legal.....	850
	IV – Participação dos assistentes técnicos na elaboração da perícia.....	851
	V – Substituição do perito ou de assistente.....	851
	VI – Suspeição e impedimento do perito.....	851
746.	O procedimento da prova pericial.....	852
	I – Generalidades.....	852
	II – Nomeação do perito e perícia consensual.....	853
	III – Coleta dos elementos necessários à perícia.....	853
	IV – O laudo pericial.....	853
	V – O parecer dos assistentes técnicos.....	854
	VI – Prazos.....	854
	VII – Quesitos suplementares.....	855
	VIII – Perícia a ser realizada fora da comarca.....	855
	IX – Esclarecimentos do perito.....	855
	X – Perícia extrajudicial.....	856
	XI – Prova técnica simplificada.....	856
747.	Valor probante da perícia.....	856
748.	Nova perícia.....	857
	§ 93. Inspeção Judicial.....	859
749.	Conceito.....	859
750.	Procedimento.....	859

CAPÍTULO XXVIII – FASE DECISÓRIA

	§ 94. Noções introdutórias.....	861
751.	Conceito de processo.....	861
752.	Conteúdo e finalidade do processo.....	861
752-A.	Vedação ao <i>non liquet</i>	862
	§ 95. Sentença (I).....	865
753.	Definição legal e classificação doutrinária.....	865
754.	Sentença terminativa: extinção do processo sem julgamento do mérito.....	866

754.1.	Indeferimento da inicial.....	867
754.2.	Abandono da causa.....	867
754.3.	Ausência de pressupostos processuais	868
754.4.	Perempção	869
754.5.	Litispêndência e coisa julgada.....	869
754.6.	Condições da ação	870
754.7.	Perda do objeto	871
754.8.	Convenção de arbitragem.....	872
754.9.	Desistência da ação.....	873
754.10.	Intransmissibilidade da ação.....	874
754.11.	Confusão entre autor e réu.....	874
755.	Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito.....	874
756.	Iniciativa da extinção do processo.....	875
757.	Saneamento do processo, quando o defeito for suprível.....	875
758.	Juízo de retratação.....	876
§ 96. Sentença (II).....		877
759.	Extinção do processo com resolução de mérito.....	877
759.1.	Acolhimento ou rejeição do pedido	878
759.2.	Prescrição e decadência	879
I – Conceito e distinção		879
II – Prescrição intercorrente		880
759.3.	A prescrição e os diversos tipos de ação.....	880
759.4.	Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu.....	882
759.5.	Transação	883
759.6.	Retratação e rescisão de transação	883
759.7.	Renúncia à pretensão	884
760.	Natureza da sentença definitiva	885
761.	Função da sentença definitiva	887
762.	Preferência da sentença definitiva sobre a terminativa (primazia do julgamento de mérito)	888
763.	Função da sentença terminativa	888
§ 97. Estrutura e Formalidades da Sentença.....		890
764.	Conteúdo da sentença	890
765.	Relatório	890
766.	Motivação.....	891
767.	Dispositivo da sentença.....	897
768.	Condições formais da sentença.....	897
769.	Clareza	897
770.	Precisão	897
771.	A precisão da sentença no caso de obrigação de pagar quantia certa.....	898
772.	Sentença condenatória ilíquida.....	899
773.	A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer	900
774.	Extensão das regras de tutela às obrigações de fazer e não fazer aos deveres de natureza não obrigacional.....	902
775.	Regras especiais de tutela às obrigações de entrega de coisa.....	903

776.	Regra especial de tutela específica às obrigações de declaração de vontade (modalidade de obrigação de fazer)	904
777.	Regras especiais de tutela das obrigações de quantia certa	905
	I – Particularidades da condenação e cumprimento das obrigações por quantia certa....	905
	II – Hipoteca Judiciária.....	905
	§ 98. Publicação, Interpretação e Correção da Sentença.....	906
778.	Publicação e intimação da sentença	906
779.	Efeitos da publicação	907
780.	Correção e integração da sentença	907
781.	Princípio da demanda e princípio da congruência	908
782.	Nulidade da sentença <i>ultra petita, citra petita e extra petita</i>	909
783.	Interpretação da sentença	911
	§ 99. Classificação das Sentenças	915
784.	Classificações.....	915
785.	Sentenças declaratórias.....	916
786.	Sentenças condenatórias	917
787.	Sentença constitutiva.....	919
788.	Momento de eficácia da sentença	919
789.	Multiplicidade de efeitos da sentença.....	920
	§ 100. Efeitos da Sentença	921
790.	Conceito	921
791.	Entrega da prestação jurisdicional.....	921
792.	Classificação das sentenças quanto aos efeitos.....	922
793.	Hipoteca judiciária.....	923
794.	Outros efeitos secundários da sentença	924
795.	Duplo grau de jurisdição (remessa <i>ex officio</i> ou reexame necessário).....	925
	795.1. Julgamento da remessa necessária.....	927
	795.2. Exclusões da remessa necessária.....	927
	§ 101. Coisa Julgada	929
796.	A conceituação de coisa julgada no Código atual	929
797.	Sentença, efeitos e coisa julgada.....	930
798.	Coisa julgada administrativa	932
799.	Coisa julgada total e parcial.....	933
	799.1. A possibilidade de suscitação de questões de ordem pública no julgamento do recurso seria obstáculo à formação de coisa julgada parcial?.....	935
800.	Coisa julgada formal e material	937
801.	Terminologia do julgamento de mérito	940
802.	Fundamento da autoridade da coisa julgada.....	940
803.	Arguição da coisa julgada	941
804.	Dimensões possíveis da exceção de coisa julgada	942
805.	Efeitos positivos e negativos da coisa julgada	942
806.	Preclusão	943
	§ 102. Limites da Coisa Julgada	947
807.	Limites objetivos	947

808.	Motivos da sentença	949
808.1.	Motivo e <i>ratio decidendi</i>	950
808.2.	Revisão do mito de que só o dispositivo da sentença passa em julgado	952
808.3.	Tendência do direito comparado e a posição do atual CPC	954
808.4.	Processo civil espanhol	955
808.5.	Processo civil da Federação Russa.....	955
808.6.	Processo civil português	956
808.7.	Processo civil italiano	956
808.8.	Síntese.....	958
809.	Verdade dos fatos	959
810.	Questões prejudiciais.....	960
811.	Questões implicitamente resolvidas	963
812.	A eficácia preclusiva da coisa julgada.....	964
812.1.	Reflexos diferentes da eficácia preclusiva em face do autor e do réu.....	966
813.	Limites subjetivos.....	967
814.	Expansão dos limites subjetivos para além das partes do processo	969
815.	Limites subjetivos da coisa julgada e obrigações solidárias.....	970
	I – Credores solidários	970
	II – Devedores solidários.....	971
816.	Coisa julgada nas ações coletivas.....	971
817.	Relações jurídicas de trato continuado e outros casos de rejuvimentos.....	974
818.	Limites temporais da coisa julgada.....	975
819.	Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso.....	976
820.	Execução forçada e coisa julgada	978

CAPÍTULO XXIX – TÍTULO JUDICIAL ILÍQUIDO

§ 103. Liquidação da Sentença Condenatória Genérica.....	980	
821.	Sentença ilíquida	980
822.	Execução da sentença ilíquida.....	980
823.	Liquidação de sentença declaratória e de outros títulos judiciais.....	981
824.	Casos de iliquidez da sentença	982
825.	Natureza jurídica da liquidação da sentença	982
826.	A liquidação e os honorários advocatícios	983
827.	Limites da liquidação.....	985
828.	Contraditório.....	986
829.	Liquidez parcial da sentença.....	986
830.	Liquidação por iniciativa do vencido	987
831.	Recursos	987
832.	Liquidação frustrada.....	989
§ 104. Procedimentos da Liquidação	990	
833.	Procedimentos possíveis	990
834.	Liquidação por cálculo	990
835.	Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos.....	991
836.	Memória de cálculo a cargo da parte beneficiária da assistência judiciária.....	991
837.	Liquidação por arbitramento	992

838.	Liquidação pelo procedimento comum	993
839.	A indisponibilidade do rito da liquidação	994
840.	Rescisão da decisão liquidatória	995

Capítulo XXX – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

§ 105. Disposições gerais	1000
841. Introdução	1000
842. Custas e encargos do cumprimento de sentença	1001
843. Regras gerais disciplinadoras do cumprimento das sentenças	1001
I – Generalidades	1001
II – Atos executivos	1001
III – Certeza, liquidez e exigibilidade da obrigação	1002
IV – Iniciativa do credor	1002
V – Intimação do devedor	1002
VI – Títulos executivos judiciais	1002
VII – Competência para o cumprimento da sentença	1003
VIII – Impugnação ao procedimento	1003
IX – Cumprimento provisório	1003
X – Cumprimento definitivo	1003
XI – Tutela provisória	1003
XII – Observação	1003
Bibliografia	1005
Índice dos Fluxogramas	1047